



OXICUR PARTICIPAÇÕES S.A. – CNPJ: 41.820.804/0001-14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE - A Oxicur Participações S/A é uma holding de participações que investe em outras companhias operacionais e tem seu resultado composto essencialmente por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas. Em 2021 a Oxicur deu passos importantes no aprimoramento de sua estrutura de Governança e no fortalecimento dos Grupos de apoio aos acionistas e aos principais executivos das investidas, com discussão do seu plano de Gestão e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A preocupação com os aspectos ambientais, sociais e de governança também obtiveram destaque dentro das empresas, com investimentos para redução de emissão de particulados e ações sociais dentro das comunidades onde as empresas estão inseridas. No contexto geral o ano de 2021 foi marcado pela retomada da economia com a abertura das principais economias mundiais devido a desaceleração da COVID-19 e pelos estímulos fiscais e monetários aplicados pelos governos. No mercado interno o aumento da inflação aliado à

volatilidade da taxa de câmbio e taxa de juros, traz cautela para o desempenho da economia no curto e médio prazo. Na realidade, as mudanças do ambiente se tornaram propulsores para nos reinventarmos e alcançarmos grandes realizações. **DESEMPENHO ECONOMICO E FINANCEIRO DO PORTFÓLIO** - Este relatório da Oxicur Participações é relativo ao ano 2021. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As empresas investidas apresentaram forte recuperação em desempenho operacional. Cabe destacar que este foi o recorde de faturamento consolidado da história das investidas, principalmente no mercado de óxido eletrofundidos e fertilizantes. A Oxicur Participações administra os ativos de suas controladas que perfaz um valor total de R\$ 656 milhões em 2021 (R\$ 587,3 milhões em 2020). O resultado individual da Oxicur participações demonstra as despesas administrativas no valor de R\$ 1,1 milhões em 2021 repetindo o resultado de 2020, mantendo assim austeridade dos gastos. O resultado da equivalência patrimonial

de suas investidas foi de R\$ 79,4 milhões contra R\$ 27,9 milhões de 2020. O resultado líquido das empresas investidas foi de R\$ 130,6 milhões contra R\$ 45,4 milhões de 2020. O EBITDA ajustado para o ano de 2021 foi de R\$ 214,3 milhões e R\$ 130,2 milhões em 2020, demonstrando a recuperação após a crise sanitária. A redução dos custos financeiros das investidas em 2021 evidencia a estratégia adotada em anos anteriores, com resultado líquido de R\$ 4,5 milhões contra R\$ 38,1 milhões de 2020. A empresa investidas apresentam condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. O ano de 2022 se inicia com novas perspectivas e oportunidades, acreditamos as empresas investidas podem e devem assumir papel relevante no desenvolvimento do Brasil, principalmente no mercado de fertilizantes, contribuindo com a economia, com a geração de empregos, demonstrando assim que conseguimos gerar valor para nossos colaboradores, comunidade e acionistas. Sebastião Curimbaba - Presidente Oxicur Participações.

Ativo	Balanco Patrimonial 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.829	2.512	256.059	279.411
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	-	205.506	181.021
Estoque (Nota 8)	-	-	563.850	377.801
Adiantamentos a fornecedores	94	114	18.515	3.015
Impostos a recuperar (Nota 9)	116	114	77.641	41.826
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 31)	-	-	1.099	3.947
Dividendos a receber (Nota 10)	6.089	5.610	-	-
Despesas antecipadas	11	10	6.138	4.355
Outros ativos (Nota 11)	-	4	2.710	3.473
	<u>9.139</u>	<u>8.250</u>	<u>1.131.518</u>	<u>894.849</u>
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Deposito judicial tributário	-	-	20.080	19.417
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	-	1.614	1.981
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 31)	-	-	4.871	5.429
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 25)	-	-	-	4.450
Impostos a recuperar (Nota 9)	-	-	3.154	1.520
Investimentos (Nota 12)	656.054	587.346	-	-
Imobilizado (Nota 13)	1.723	1.782	449.492	419.945
Intangível (Nota 14)	-	-	19.546	47.758
Ativo biológico (Nota 15)	-	-	16.199	-
	<u>657.777</u>	<u>589.128</u>	<u>545.943</u>	<u>516.699</u>
Total do ativo	<u>666.916</u>	<u>597.378</u>	<u>1.677.461</u>	<u>1.411.548</u>

Passivo e patrimônio líquido	Controladora				Consolidado			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Circulante								
Fornecedores (Nota 16)	4	4	140.979	66.340	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	-	-	26.843	48.228	-	-	-	-
Adiantamentos de contratos de câmbios entregues (Nota 18)	-	-	179.485	69.666	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher (Nota 19)	2	2	4.837	3.489	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	5.680	4.208	-	-	-	-
Impostos parcelados (Nota 20)	-	-	586	1.229	-	-	-	-
Salários e encargos (Nota 21)	14	11	24.348	18.619	-	-	-	-
Dividendos a pagar (Nota 24)	69.746	55.684	73.748	59.203	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	11.626	3.579	-	-	-	-
Outras contas a pagar (Nota 23)	-	-	34.350	22.172	-	-	-	-
	<u>69.766</u>	<u>55.699</u>	<u>502.482</u>	<u>296.733</u>				
Não circulante								
Fornecedores (Nota 16)	-	-	53.985	102.671	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	-	-	678	1.219	-	-	-	-
Impostos parcelados (Nota 20)	-	-	46.803	46.518	-	-	-	-
Provisões diversas (Nota 22)	-	-	16.825	11.926	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 31)	-	-	848	1.258	-	-	-	-
Outras contas a pagar (Nota 23)	-	-	119.139	163.592	-	-	-	-
	<u>69.766</u>	<u>55.699</u>	<u>621.621</u>	<u>460.325</u>				
Total do passivo	<u>69.766</u>	<u>55.699</u>	<u>621.621</u>	<u>460.325</u>				
Patrimônio líquido								
Capital Social	152.000	152.000	152.000	152.000	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	197.031	182.655	197.031	182.655	-	-	-	-
Reserva de lucros	248.119	207.024	248.119	207.024	-	-	-	-
	<u>597.150</u>	<u>541.679</u>	<u>597.150</u>	<u>541.679</u>				
Total do patrimônio líquido	<u>597.150</u>	<u>541.679</u>	<u>1.055.840</u>	<u>951.223</u>				
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>666.916</u>	<u>597.378</u>	<u>1.677.461</u>	<u>1.411.548</u>				

Demonstração do resultado	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita líquida (Nota 26)	-	-	1.212.385	891.169
Varição do valor justo dos ativos biológicos	-	-	3.347	1.112
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (Nota 27)	-	-	(789.152)	(613.708)
Lucro bruto	-	-	426.580	278.573
Despesas com vendas (Nota 27)	-	-	(155.123)	(87.726)
Despesas administrativas (Nota 27)	(1.180)	(1.153)	(84.971)	(75.097)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 29)	(3)	18	5.296	(9.845)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	79.467	27.967	191.782	105.905
Lucro operacional	78.277	26.837	68.886	143.322
Receitas financeiras (Nota 30)	12	5	68.886	143.322
Despesas financeiras (Nota 30)	(5)	(6)	(73.460)	(181.447)
Resultado financeiro	7	(1)	(4.574)	(38.125)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	78.284	26.833	187.208	67.780
Imposto de renda e contribuição social (Nota 31)	-	-	(56.522)	(22.371)
Lucro líquido do exercício	78.284	26.833	130.686	45.409
Atribuível à:				
Acionistas da Companhia	-	-	78.284	26.833
Participação dos não controladores	-	-	52.402	18.576
	-	-	<u>130.686</u>	<u>45.409</u>
Lucro por ação do capital social (R\$)	0,52	0,18	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais	Reserva de lucros				Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de lucro acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	152.000	115.829	19.180	173.756	460.765	803.986
Aumento do Capital Social	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	26.833	26.833
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.833	26.833
Ganhos ou perdas com variação de capital	-	-	-	-	-	-
Varição cambial de investidas no exterior	-	66.949	-	-	66.949	117.118
Perdas por variação de participação no capital da controlada	-	(123)	-	-	(123)	(123)
Destinações do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	1.342	-	(1.342)	-
Reserva de lucros	-	-	-	12.746	(12.746)	-
Destinação de dividendos (Nota 24)	-	-	-	-	(12.745)	(12.745)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	152.000	182.655	20.522	186.502	541.679	951.223
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	78.284	78.284
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	78.284	78.284
Varição cambial de investidas no exterior	-	14.605	-	-	14.605	27.102
Ajustes entre contas	-	4	-	(4)	-	-
Perdas por variação de participação no capital da controlada	-	(233)	-	-	(233)	233
Destinações do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	3.914	-	(3.914)	-
Reserva de lucros	-	-	-	37.185	(37.185)	-
Destinação de dividendos (Nota 24)	-	-	-	-	(37.185)	(37.185)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	152.000	197.031	24.436	223.683	597.150	1.055.840

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional - As atividades da Oxicur Participações S.A. ("Oxicur", "Companhia" ou "Grupo") compreendem basicamente a administração de bens próprios e a construção e comércio de bens imóveis, podendo ainda participar em outras sociedades. A Oxicur Participações S.A. é a holding que controla o Grupo Curimbaba. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital fechado com sede em Poços de Caldas, estado de Minas Gerais. O Grupo Curimbaba é formado pela Mineração Curimbaba Ltda. ("Curimbaba") que é a principal empresa operadora do grupo e possui as seguintes controladas diretas e indiretas: • Electro Abrasivos LLC. • Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda. • Elfusa Trading. • Empresa de Transporte Alcega Ltda. • Far West Minerals & Services LLC. • Mirfak S.A. • Minas Pedra Ltda. • Mineração Caldense Ltda. • Olga Indústria e Comércio S.A. • Sintex Minerals & Services Inc. • Sintex Minerals de RL de C.V. • Sociedade Agrícola Espigão Ltda. • Sublime Technologies Proprietary Limited. • Tarumá Agropecuária e Florestal Ltda. • U.S. Electrofused Minerals Inc. • U.S. Electrofused Minerals Inc. • Vera Cruz Beneficiamento de Minérios Ltda. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 27 de abril de 2021. (ii) Dissolução do novo coronavírus (COVID-19) Desde o início do ano de 2020, o Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia desencadeada pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19), que tem causado diversos e significativos impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral. O Grupo vem implementando ações que, prioritariamente, visam proteger os seus funcionários e parceiros comerciais, bem como as comunidades onde atua. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração adotou algumas medidas, com o objetivo de minimizar os efeitos da crise sanitária, priorizando a adoção de medidas para proteger a saúde e a integridade de seus colaboradores, clientes e fornecedores, cumprindo assim a responsabilidade perante a sociedade. Dentre as medidas estão distanciamento nos locais de trabalho, transporte e refeitório. A Administração do Grupo também vem monitorando a carteira de recebíveis, principalmente em relação a eventuais atrasos, aumento da inadimplência e alongamento dos prazos de recebimento. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados impactos significativos decorrentes da COVID-19 nesses recebíveis. A análise de vencimentos das contas a receber, bem como a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão demonstradas na Nota 7. Em relação a ativos não financeiros, a Administração do Grupo não identificou indicadores de impairment.

2. Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Base para consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Controladora, de sua controlada direta, Curimbaba, e das seguintes controladas indiretas: • Electro Abrasivos LLC. • Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda. • Elfusa Trading. • Empresa de Transporte Alcega Ltda. • Far West Minerals & Services LLC. • Minas Pedra Ltda. • Mineração Caldense Ltda. • Olga Indústria e Comércio S.A. • Sintex Minerals & Services Inc. • Mirfak S.A. • Sintex Minerals de RL de C.V. • Sociedade Agrícola Espigão Ltda. • Sublime Technologies Proprietary Limited. • Tarumá Agropecuária e Florestal Ltda. • U.S. Electrofused Minerals Inc. • Vera Cruz Beneficiamento de Minérios Ltda. Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. (a) **Controladas** - Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O Grupo usa o método de interposição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso: (i) de contraprestação transferida e (ii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill). Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. (b) **Mudança nas políticas contábeis e divulgações** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: • Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e

IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: (i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros**: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. (ii) **Relações de hedge**: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos para a Companhia. (a) **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** - As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IAS 37/ CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IFRS 3/ CPC 15 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. • **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9/ CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas de valor ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/ CPC 6 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/ CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/ CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. • Alteração ao IAS 1/ CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 1/ CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de



OXICUR PARTICIPAÇÕES S.A. – CNPJ: 41.820.804/0001-14

isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá do Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.6 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment). Na prática o valor justo das contas a receber de clientes não diverge das vendas, considerando os prazos médios de recebimento. **2.7 Estoques** - Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, exceto os produtos agrícolas em formação, que são demonstrados ao seu valor justo. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. Os itens de manutenção utilizados dentro do exercício também estão registrados no estoque. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.8 Imobilizado** - Terrenos e edificações compreendem, principalmente: minas, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens ou custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativos	Anos
Edificações	25 a 60
Máquinas, veículos e equipamentos	1 a 40
Móveis e utensílios	5 a 20
Veículos	5 a 15
Equipamento eletrônico	3 a 15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.9 Ativos intangíveis - (a) Softwares** - As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso... A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo... O software pode ser vendido ou usado... Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros... Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software... O gasto atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **(b) Recursos minerais** - Os recursos minerais são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os direitos de lavra das minas, fazer com que estes estejam prontos para ser utilizados e também pela quantidade de minérios analisada para aquela mina. Estes custos são exauridos conforme volume extraído a cada exercício. **2.10 Ativo biológico** - Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e café. O processo de colheita e replantio tem um ciclo de aproximado de 7 anos para o eucalipto e 3 anos para o café, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo. A avaliação dos ativos biológicos baseada no método do fluxo de caixa futuro descontado é realizada anualmente pelo Grupo, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem, em linha específica no resultado, denominada "variação do valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do exercício e no final do exercício, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento dos ativos biológicos e a exaustão do período. **2.11 Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, o valor justo das contas a pagar aos fornecedores não diverge do valor das compras, considerando os prazos médios de pagamento. **2.12 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.13 Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia ou o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.15 Capital social** - As ações são classificadas no patrimônio líquido. **2.16 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio** - A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no momento no qual a distribuição é por eles aprovada, ou ao final do exercício social, pelo valor mínimo estabelecido no Estatuto Social. **2.17 Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **(a) Venda de produtos e serviços** - A Companhia e o Grupo reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e o Grupo. A Companhia e o Grupo baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(b) Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **(a) Provisões para contingências** - O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **(b) Vida útil do ativo imobilizado e intangível** - Conforme apresentado na Nota 13 e 14, a depreciação do ativo imobilizado e amortização do intangível são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens e direitos. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros especializados contratados no mercado, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras. **(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em função das perdas avaliadas como prováveis. A administração acredita que a provisão reflete adequadamente a expectativa de perda. **(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** - O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros** - O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, alguns estes não negociados em mercados ativos (Nota 26).

4 Gestão de risco financeiro - 4.1 Fatores de risco financeiro - As atividades do Grupo Curimbaba expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela administração central juntamente com o Diretor Superintendente do Grupo. **(a) Risco de mercado - (i) Risco cambial** - O Grupo Curimbaba possui forte atuação internacional, principalmente através de suas controladas nos Estados Unidos Sintex, USEM e Electro, no Uruguai através da Mirfak, no México através da Sintex, em Omã através da Far West, na África do Sul através da Sublime Technologies Proprietary Limited e na Espanha através da Elfusa Trading. Sejam os investimentos, sejam as transações de vendas realizadas pelo grupo geram ativos em Dólares e Euros. Tais riscos a exposição cambiais são mitigados através da contratação de ACCs e ACES. Ademais a exposição cambial é acompanhada pela administração que avalia periodicamente os riscos existentes nos ativos e passivos atrelados a outras moedas. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** - O Grupo não possui uma exposição alta a ativos e passivos que variem fortemente em relação à taxa de juros, as maiores exposições são ao CDI no mercado interno brasileiro e a taxa básica da economia dos Estados Unidos. **(b) Risco de crédito** - O risco de crédito é administrado corporativamente e por cada empresa do Grupo Curimbaba individualmente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber é considerado pela administração do Grupo como sendo baixo, contudo o monitoramento contínuo das operações é essencial para poder mitigar o risco de um crédito não ser recebido. **(c) Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, não obstante cada empresa do Grupo visa melhorar e manter sua liquidez. **4.2 Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas e, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **4.3 Estimativa do valor justo** - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora	2021	2021
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.829	-	2.829
Dividendos a receber	6.089	-	6.089
	8.918	-	8.918
Passivos			
Fornecedores	(4)	-	(4)
Dividendos a pagar	(69.746)	-	(69.746)
	(69.750)	-	(69.750)
Controladora			
	2020	2020	2020
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.512	-	2.512
Dividendos a receber	5.610	-	5.610
	8.122	-	8.122
Passivos			
Fornecedores	(4)	-	(4)
Dividendos a pagar	(55.684)	-	(55.684)
	(55.688)	-	(55.688)
Consolidado			
	2021	2021	2021
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	256.059	-	256.059
Contas a receber de clientes CP	205.506	-	205.506
Contas a receber de clientes LP	1.614	-	1.614
Depósitos judiciais	20.080	-	20.080
Outros ativos	2.710	-	2.710
	485.969	-	485.969
Passivos			
Fornecedores CP	(140.979)	-	(140.979)
Empréstimos e financiamentos CP	(26.843)	-	(26.843)
Adiantamentos contratos câmbios entregues	(179.485)	-	(179.485)
Dividendos a Pagar	(73.748)	-	(73.748)
Empréstimos e financiamentos LP	(53.985)	-	(53.985)
	(475.040)	-	(475.040)
Consolidado			
	2021	2021	2021
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	279.411	-	279.411
Contas a receber de clientes CP	181.021	-	181.021
Contas a receber de clientes LP	1.981	-	1.981
Outros ativos	3.473	-	3.473
	465.886	-	465.886
Passivos			
Fornecedores CP	(66.340)	-	(66.340)
Empréstimos e financiamentos	(48.228)	-	(48.228)
Adiantamentos contratos câmbios entregues	(69.666)	-	(69.666)
Dividendos a Pagar	(59.203)	-	(59.203)
Empréstimos e financiamentos LP	(102.671)	-	(102.671)
	(346.108)	-	(346.108)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	2021	2020	Consolidado	2021	2020
Caixa	1	1	238	304		
Bancos conta corrente			105.859	97.338		
Aplicações de Renda Fixa	2.828	2.511	149.962	181.769		
	2.829	2.512	256.059	279.411		

Os rendimentos das aplicações no Brasil oscilam de 99,50% a 100,0% da variação do CDI, livre movimentação. O Grupo possui investimentos no exterior com rendimento médio de 1,0% ao ano. Os bancos com os quais a Companhia opera são considerados pela administração como bancos de primeira linha.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	2021	2020
Clientes no país	49.680	46.090	
Clientes no exterior	162.577	141.177	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.137)	(4.265)	
	207.120	183.002	
Circulante	205.506	181.021	
Não circulante	1.614	1.981	

O Grupo avalia as evidências de perda dos saldos de contas a receber e constitui provisão para fazer frente a eventuais perdas. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado	2021	2020
A vencer	167.108	179.406	
Vencidos até 3 meses	31.169	3.089	
Vencidos de 3 a 6 meses	7.645	566	
Vencimentos acima de 6 meses (i)	6.335	4.206	
	212.257	187.267	

(i) O Grupo firmou acordos com os clientes que possuem títulos vencidos há mais de 6 meses e

estão provisionados para perda. Estes acordos possuem garantias reais, e por isso a administração não considerou estes recebíveis na provisão de impairment. A variação do saldo na controladora é devido à revisão das garantias de imóveis de clientes com o valor de mercado. As movimentações na provisão para impairment de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	2021	2020
Saldo inicial	4.265	9.649	
Reversão	(5.256)	(9.405)	
Provisão	5.886	2.433	
Variação Cambial	242	1.588	
Saldo Final	5.137	4.265	

8 Estoques

	Consolidado	2021	2020
Produtos acabados	62.568	248.588	
Produtos em elaboração	15.964	61.812	
Matéria-prima	1.236	48.042	
Almoxarifado	84.708	21.321	
Produto agrícola em formação a valor justo	344.496	-	
Material secundário	129	16.964	
Material de embalagem	46.440	678	
Produtos para revenda	31.801	96	
Estoque em trânsito	-	412	
Provisão para perda em estoque	(23.492)	(20.112)	
	563.850	377.801	

9 Impostos a recuperar

	Controladora	2021	2020	Consolidado	2021	2020
ICMS a recuperar	-	-	24.978	19.985		
IPI a recuperar	-	-	2.563	2.441		
PIS a compensar	-	-	7.646	2.231		
Cofins a compensar	-	-	35.506	8.405		
ICMS a recuperar sobre compra de imobilizado	-	-	2.598	3.258		
IRRF provisionado	1	-	974	2.023		
IRRF a recuperar	114	113	547	1.759		
Reintegra a recuperar	-	-	1.743	1.565		
PIS a recuperar	1	1	195	29		
Cofins a recuperar	-	-	891	130		
Circulante	116	114	77.641	41.826		
ICMS a recuperar sobre estoque consignado	-	-	1.218	1.151		
ICMS a recuperar sobre compra de imobilizado	-	-	1.936	369		
	-	-	3.154	1.520		
Não circulante	116	114	80.795	43.346		

10 Dividendos a Receber

	Consolidado	2021	2020
Mineração Curimbaba Ltda.	6.089	5.106	
Elfusa Geral de Eletrofusão.	-	504	
	6.089	5.610	

A movimentação desta conta está demonstrada abaixo:

	Consolidado	2021	2020
Saldo inicial	5.610	7.371	
Dividendos disponibilizados pelas investidas	25.126	4.123	
Dividendos recebidos	(24.647)	(5.884)	
	6.089	5.610	

11 Outros ativos

	Controladora	2021	2020	Consolidado	2021	2020
Ajuda custos despesas viagens	-	4	42	15		
Venda de energia elétrica CCEE	-	-	-	21		
Alugueria a receber	-	-	288	189		
Outros	-	-	2.380	3.248		
	-	4	2.710	3.473		

12 Investimentos

	2021	2020
Investimentos em controladas (diretas e indiretas)	656.054	587.346
Total	656.054	587.346

(a) Informações das controladas

	Mineração Curimbaba Ltda.	Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda.	2021	2020	2021	2020
Ações/quotas da Companhia	320.000	300.000	-	50.000		
Participação da Companhia	62,00%	62,00%	-	12,00%		
Patrimônio líquido	1.058.151	927.493	8.918	102.501		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	128.162	40.315	-	24.779		

(b) Movimentação dos investimentos

	Mineração Curimbaba Ltda.	Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda.	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	486.813	9.861	496.6



OXICUR PARTICIPAÇÕES S.A. – CNPJ: 41.820.804/0001-14

14 Intangível	Consolidado		
	Recursos Minerários	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Custos	51.390	6.299	57.689
Amortização e exaustão acumulados	(4.345)	(5.586)	(9.931)
Saldo contábil, líquido	47.045	713	47.758
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo inicial	47.045	713	47.758
Varição cambial por conversão	-	24	24
Aquisições	-	138	138
Amortização e exaustão	(501)	(233)	(734)
Saldo contábil, líquido	46.544	642	47.186
Em 31 de dezembro de 2021			
Custos	51.390	6.448	57.838
Amortização e exaustão acumulados	(4.846)	(5.806)	(10.652)
Saldo contábil, líquido	46.544	642	47.186

15 Ativo biológico - Os ativos biológicos registrados no Grupo Curimbaba compreendem o cultivo e plantio de florestas de eucalipto para abastecimento de matéria-prima utilizada no processo de produção de celulose na sua controlada direta. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui 2.570,30 (2020 - 2.522,81) hectares de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira. O saldo dos ativos biológicos do Grupo é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	2021	2020
Receita bruta estimada dos ativos biológicos	25.383	19.429
Custo estimado de formação dos ativos biológicos	(5.837)	(3.230)
Valor justo dos ativos biológicos	19.546	16.199

O Grupo não possui ativos biológicos dados em garantia. A distribuição das florestas em diversas áreas distintas, as práticas florestais de manutenção, prevenção e combate de incêndios e outros riscos florestais, o histórico favorável e o alto custo da apólice fizeram com que o Grupo optasse tecnicamente pela não contratação do seguro de suas florestas. O Grupo entende que as políticas atuais de prevenção e combate a eventuais riscos florestais são adequadas à sua saúde operacional. (a) **Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos** Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, o Grupo reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração: i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio, em decorrência do entendimento da administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo. ii) As florestas a partir do terceiro ano de plantio são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço do ativo negociado entre partes independentes, menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo. iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao Weighted-Average Cost of Capital (WACC) do Grupo, o qual é revisado periodicamente pela administração. v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado Incremento Médio Anual (IMA), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte de eucalipto mantido pelo Grupo é em torno de sete anos. vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados R\$/metro cúbico, são obtidos através de contratos próprios de compra de madeira de terceiros (fomentados), ou seja, partes independentes entre si. vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos. viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período. ix) O Grupo definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos baseada no método do fluxo de caixa futuro descontado anualmente, sob o entendimento de que algumas premissas usadas no cálculo, como o IMA e o preço, são obtidas pela administração somente ao final do exercício. A partir de janeiro de 2012, o Grupo decidiu por recompor mensalmente o valor do ativo biológico, no mesmo montante do ajuste do valor da exaustão do ativo biológico a valor justo, reconhecido no Custo do Produto Vendido do período. O Grupo baseou-se no fato de manter a mesma quantidade de hectares cultivados e investimentos em silvicultura ao longo do ano, prevendo o abastecimento normal da fábrica para os próximos anos. A exaustão dos ativos biológicos do exercício foi apropriada diretamente ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

16 Fornecedores	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores no país	4	4	54.412	38.896
Fornecedores no exterior	-	-	86.555	26.663
Outras contas a pagar	-	-	12	781
Circulante	4	4	140.979	66.340
Não circulante	-	-	-	66.340

As taxas de financiamentos de máquinas e veículos oscilam entre 7% e 8% a.a. com garantia do próprio bem. A taxa de empréstimo capital giro – EUA é de 3% a.a. com garantia o estoque do produto adquirido. Os bancos com os quais a Companhia opera são considerados, pela administração, como bancos de primeira linha. O vencimento dos contratos de financiamentos está demonstrado abaixo:

	2021	2020
2021	-	48.228
2022	26.843	50.959
2023	41.755	51.712
Após 2023	12.230	-
	80.828	150.899

17 Empréstimos e financiamentos	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Financiamento de máquinas e equipamentos	9.045	4.927	-	-
Empréstimo capital de giro	67.841	142.112	-	-
Financiamento de veículos	3.942	3.860	-	-
	80.828	150.899	-	-
Circulante	26.843	48.228	-	-
Não circulante	53.985	102.671	-	-

As taxas dos contratos câmbios entregues oscilam entre 3,0% a 4,0% a.a. Os bancos com os quais a Companhia opera são considerados pela administração como bancos de primeira linha. O vencimento dos contratos de adiantamentos de contratos de câmbio entregues pode ser demonstrados abaixo:

	2021	2020
2021	-	69.666
2022	179.485	-
Após 2022	179.485	69.666

19 Impostos e contribuições a recolher	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
IRRF a recolher	2	-	1.101	669
ISS a recolher	-	-	380	234
ICMS a recolher	-	-	305	923
IPI a recolher	-	-	93	96
PIS a recolher	-	-	33	98
COFINS a recolher	-	-	142	446
Outros encargos a recolher	-	-	2.783	1.023
	2	-	4.837	3.489

20 Impostos parcelados	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
IRPJ e CSLL parcelado	149	121	-	-
ICMS a recolher parcelamento	214	259	-	-
TRFM Parcelamento	-	528	-	-
CFEM Parcelamento	162	262	-	-
Drawback parcelamento	61	59	-	-
Total circulante	586	1.229	-	-
IRPJ e CSLL parcelado	250	365	-	-
ICMS a recolher parcelamento	68	281	-	-
PIS e COFINS parcelamento	-	411	-	-
TRFM Parcelamento	-	162	-	-
Drawback parcelamento	360	-	-	-
Total não circulante	678	1.219	-	-
	1.264	2.448	-	-

A análise de vencimentos do parcelamento fiscal está apresentada abaixo:

	2021	2020
2021	-	1.229
2022	586	978
2023	240	241
Após 2023	438	-
	1.264	2.448

21 Salários e encargos	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Salários a pagar	2	1	6.260	5.283
INSS a recolher	5	4	3.110	2.222
FGTS a recolher	1	1	908	646
Processos trabalhistas a pagar	-	-	177	52
Provisão de férias	6	5	10.674	7.890
Provisão participação nos lucros	-	-	3.185	2.495
Outros Encargos	-	-	34	31
	14	11	24.348	18.619

22 Provisões diversas	Consolidado	
	2021	2020
Provisões trabalhistas (i)	4.262	5.357
Provisões para encerramento de mina (ii)	778	1.536
Provisões tributárias (i)	14.196	16.523
Provisões contingências diversas	27.567	23.102
	46.803	46.518

A controladora não possui processos de qualquer natureza em andamento. (i) O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, em andamento, e está discutindo essas questões em esfera judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. (ii) O Grupo possui diversas minas abertas das quais são preparadas para utilização. A preparação dessas ocorre no desmatamento da mata e preparação do solo. O valor reconhecido desta provisão é composto pelos custos incorridos na recuperação do local prejudicado. A movimentação dos saldos de provisões diversas pode ser assim demonstrada:

	2021	2020
Saldo inicial	46.518	39.130
Pagamentos realizados	(15.208)	(7.227)
Provisões constituídas	15.493	14.615
Saldo final	46.803	46.518

(a) **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço** - A controladora possui ações de natureza tributária, civil e trabalhista envolvendo risco de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. Desta maneira, em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil, não há provisão constituída, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 54.429 (2020 – R\$ 41.487). A subsidiária Mineração Curimbaba Ltda. efetuou depósito judicial de forma conservadora no processo que trata a classificação fiscal junto à Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 18 milhões. A controladora classifica seus produtos como industrializados, em linha com o que se segue todos os fabricantes à nível mundial, e ainda possui patentes de todos os produtos. A Receita Federal classificou de forma arbitrária e divergente do entendimento da empresa. A discussão está em duas esferas, em âmbito administrativo junto à RFB, e judicial.

23 Outras contas a pagar	Consolidado	
	2021	2020
Contas a pagar diversas	8.993	10.303
Comissões a pagar	1.495	2.870
Venda de entrega futura	-	1.753
Processo trabalhista a pagar	7.479	1.253
Energia a pagar	848	-
Infração trabalhistas a pagar	-	5
Provisão de fretes	11.267	2.723
Serviços a pagar	5.116	4.523
	35.198	23.430
Circulante	34.350	22.172
Não circulante	848	1.258
	35.198	23.430

24 Patrimônio líquido - (a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2020 está totalmente subscrito e integralizado totalizando R\$ 152.000 representado por 152.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada. (b) **Reserva legal e retenção de lucros** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Após a constituição da reserva legal e da provisão dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo terá o destino que a Assembleia Geral determinar, tendo em vista a proposta da diretoria. (c) **Distribuição mínimos obrigatórios** - Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estabelecido no estatuto social.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	78.284	26.833
Reserva legal (5%)	(3.914)	(1.342)
Base de cálculo dos dividendos	74.370	25.491
Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	(37.185)	(12.745)
Total de dividendos destinados	(37.185)	(12.745)
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	50,00%	50,00%

(d) **Distribuição de dividendos** - Movimentação da conta de "Dividendos a pagar" está demonstrada abaixo:

25 Instrumentos Financeiros	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	55.684	48.859	55.684	48.859
Dividendos disponibilizados aos acionistas	37.185	12.745	37.185	12.745
Dividendos distribuídos	(23.123)	(5.920)	(23.123)	(5.920)
	69.746	55.684	69.746	55.684
Saldo inicial	59.203	53.752	59.203	53.752
Dividendos disponibilizados aos acionistas	52.323	15.271	52.323	15.271
Dividendos distribuídos	(37.778)	(9.820)	(37.778)	(9.820)
	73.748	59.203	73.748	59.203

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

26 Receita líquida - A reconciliação entre as vendas brutas e as receitas líquidas é como segue:

	2021	2020
Vendas brutas de produtos e serviços	1.351.819	986.106
Devoluções	(21.804)	(11.951)
Impostos sobre vendas	(117.630)	(82.986)
	1.212.385	891.169

27 Despesas e custos por natureza	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Consumo materiais	396.445	282.607	396.445	282.607
Salários, encargos e benefícios	130.390	112.058	130.390	112.058
Manutenções	70.066	45.751	70.066	45.751
Serviços profissionais	24.842	16.000	24.842	16.000
Depreciação, amortizações e exaustão	20.196	20.457	20.196	20.457
Energia elétrica	66.842	50.020	66.842	50.020
Combustível e gás	55.137	41.156	55.137	41.156
Pedágios e seguros	4.269	3.617	4.269	3.617
Aluguéis de curto prazo	14.110	5.932	14.110	5.932
Fretes	22.207	11.665	22.207	11.665
Viagens	4.113	4.159	4.113	4.159
Donativos e contribuições	204	166	204	166
Outros custos	14.217	18.707	14.217	18.707
Custos mercadorias revendidas	(33.886)	1.413	(33.886)	1.413
	789.152	613.708	789.152	613.708

28 Despesa de vendas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fretes mercado interno	34.133	22.092	34.133	22.092
Fretes mercado externo	69.278	27.456	69.278	27.456
Desembarço aduaneiro	6.638	1.583	6.638	1.583
Comissões	4.710	3.482	4.710	3.482
Salários, encargos e benefícios	15.278	12.586	15.278	12.586
Viagens	1.273	1.984	1.273	1.984
Armazenagem	5.170	5.531	5.170	5.531
Despesas exportações	8.714	6.250	8.714	6.250
Capatazias	1.899	1.577	1.899	1.577
Serviços profissionais	4.610	2.839	4.610	2.839
Manutenções	362	374	362	374
Donativos e contribuições	886	758	886	758
Depreciação	167	151	167	151
Outras despesas	2.005	1.063	2.005	1.063
	155.123	87.726	155.123	87.726

Despesas administrativas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários, encargos e benefícios	317	502	317	502
Viagens	34	22	34	22
Serviços profissionais	317	203	317	203
Manutenções	29	20	29	20
Telecomunicações	34	32	34	32
Donativos e multas	-	1.418	-	1.418
Depreciação	64	74	64	74
Outras despesas	145	177	145	177
Leasing	-	0	-	0
Seguros	16	26	16	26
Aluguel	224	266	224	266
TRFM	-	-	-	-
Multas	-	-	-	-
Honorários	-	257	-	257
Impostos e taxas diversos	-	267	-	267



OXICUR PARTICIPAÇÕES S.A. – CNPJ: 41.820.804/0001-14

social da Companhia. Consequentemente, a Companhia não está totalmente aderente à legislação aplicável às sociedades por ação (Lei no 6.404/76). Não nos foi praticável estimar os impactos que essa não aderência integral aos requisitos da referida Lei pode ter sobre a Companhia e suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras

individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas

pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BE2A-8662-BD4F-86B9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BE2A-8662-BD4F-86B9



Hash do Documento

KJqRDnawSU840UYh/mGSFx5bUFsgnizyN0mruaG9ck0=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/07/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 19/07/2022 21:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

